



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

PRESIDENTE

*

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permitam-me cumprimentar todos pela presença e dirigir uma especial saudação à Direção do Centro de Estudos Judiciários pela iniciativa deste evento, na pessoa das Sras. Coordenadoras Regionais de Formação do CEJ, Juízas Desembargadoras, Dras. Lina Baptista, Paula Natércia Rocha e Micaela Rodrigues, aqui presentes.

Cumprimento especial que estendo, naturalmente, aos Srs. Juízes de Direito Margarida Maria Costa Pinto Duarte Martins e Pedro Miguel Pinto Bento, que irão, decerto, dar conta da sua experiência – dos sucessos e do que poderia ter corrido melhor – e dos seus anseios de jovens juízes.

O Tribunal da Relação de Lisboa associou-se, desde a primeira hora, ao CEJ para este Encontro. Temos, de facto, o maior gosto em poder receber, neste dia 7 de julho de 2025, o Encontro entre Gerações de auditores/juízes estagiários/juízes do CEJ, também com a participação do Conselho Superior da Magistratura e, deste modo, colaborar para a boa conclusão dos cursos de formação de magistrados.

Coube-me participar na abertura dos trabalhos, o que me leva a referir alguns pontos.

O **primeiro** é uma evidência: A formação visa o apuramento das capacidades dos formandos, de forma progressiva, em termos técnico-jurídicos, em termos humanos e éticos, em ordem ao desempenho de funções soberanas num tribunal, correspondendo ao exercício de uma profissão desafiante, profundamente desgastante e diariamente escrutinada.

De acordo com a lei – artigo 34.º da Lei do CEJ - o Curso de Formação de Magistrados visa proporcionar aos auditores de justiça o desenvolvimento de qualidades e a aquisição de competências técnicas para o exercício das funções de juiz nos tribunais e de magistrado do Ministério Público.

Trata-se de um processo altamente exigente, ao longo de 3 anos, durante 3 ciclos de formação.

No 1.º Ciclo, privilegia-se a aquisição e a consolidação de conhecimentos técnico-jurídicos necessários para a Magistratura.

No 2.º Ciclo, destaca-se a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, embora ainda de forma simulada, onde se destaca *“a necessidade de apurar o espírito crítico na mobilização do conhecimento para o processo de decisão, com progressiva aquisição de autonomia e personalização na decisão”* (assim, Paula Natércia Rocha; *“Formação de Novos Juízes – Desafio que a todos convoca”*, in Boletim – Informação e Debate, ASJP, julho 2025, IX série, n.º 20, p. 16).

Na etapa seguinte – o estágio de ingresso (ou 3.º Ciclo) – os já juízes, em regime de estágio, ainda com a orientação e assistência dos juízes formadores, iniciam, sob responsabilidade própria, o pleno exercício da Judicatura, aprofundando e aplicando, diariamente, os conhecimentos que foram adquirindo.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

PRESIDENTE

O segundo ponto que pretendo referir é para sublinhar a importância de um Encontro como este.

A experiência dos mais velhos transmitida aos mais novos, de acordo com diferentes perceções, tendo em vista diversas e relevantes facetas do exercício da magistratura.

Este intercâmbio de saberes, este Encontro entre Gerações de magistrados, de diversos cursos – abrangendo os 37.º, 38.º e 39.º Cursos de Formação do CEJ – e o Encontro com o CSM, eram inexistentes nos meus anos de formação quando entrei nos tribunais.

Nos idos de 1994-1996 em que teve lugar o meu Curso de Formação do CEJ - o já longínquo XIII Curso -, a tramitação dos processos acontecia em papel. A primeira juíza ainda não tinha alcançado o STJ e as mulheres eram apenas cerca de 30% dos juizes, o que se refletia também no CEJ, onde a esmagadora presença era masculina.

Há 30 anos, as incongruências normativas já existiam.

Os problemas de interpretação e de aplicação normativas já eram um “quebra-cabeças”.

A recolha de doutrina tinha de ser presencial, geralmente, na biblioteca do CEJ, outras vezes, na da Procuradoria-Geral da República. Os tribunais tinham poucos livros - para além do Diário da República e dos BMJ (Boletim do Ministério da Justiça) – e os que existiam, encontravam-se muitas vezes desatualizados.

A jurisprudência publicada era praticamente inexistente, resumindo-se aos BMJ e à Coletânea de Jurisprudência.

A máquina de escrever ainda se utilizava. Os computadores rareavam. No CEJ, os auditores não os tinham. O mesmo se passava no estágio nos tribunais. Nos computadores que havia pelo Tribunal, o processador de texto era o “DW4” (acrónimo de “Display Write 4”, um processador de texto desenvolvido pela IBM, dos anos 80/90 do século passado), extremamente limitado. A Internet era inexistente.

Eram escassas as referências para escolher um tribunal e um formador para estágio.

O CEJ era, após o curso que tinha lugar no Limoeiro, um local onde apenas se regressava para assistir a formações contínuas e onde se reviam, nesses dias, os Colegas de quem não havia, até então, notícia.

O CSM era uma instituição distante, de onde se recebiam, de tempos a tempos, ofícios em papel amarelo, de grande espessura e qualidade, respeitantes a diversos aspetos da vida profissional.

O Tribunal da Relação correspondia a um local inacessível, onde apenas se ia para se ser empossado, mas com quem a relação era inexistente. O mesmo se passava entre os vários tribunais, com raras exceções.

Hoje a situação é – e ainda bem – totalmente diversa, mas muitos dos problemas e desafios que os Juizes enfrentam são sensivelmente os mesmos.

O Encontro de hoje é uma troca de boas práticas, de experiências, que se traduzem em ensinamentos de futuros modos de proceder, nas múltiplas situações com que, diariamente, nos defrontamos no Tribunal.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

PRESIDENTE

Traduz mais informação, mais transparência e, nessa medida, um comprometimento para uma melhor e mais adequada formação de Magistrados.

Ao longo do dia vão, certamente, ouvir diferentes perspetivas sobre o modo como, na prática, a formação de magistrados tem lugar nos tribunais, nas suas várias etapas, nos dias de hoje, colocando diversas questões, como sejam:

Como se processa a integração do auditor no Tribunal?

Qual a relação que se deve estabelecer com o juiz formador e com os coordenadores de formação?

Que relação entabular e manter com o Ministério Público, com os Advogados, com os Funcionários, com os Jornalistas?

Como atuar nas diligências?

Como aprender a “ler” um processo?

Como apreender e valorar a prova?

Como resolver problemas novos?

Que argumentação e linguagem utilizar nos despachos/decisões?

Que relação estabelecer com o CSM e com os Vogais deste órgão?

Etc.

Destaco uma questão fundamental: Como gerir o tempo?

Será talvez a questão de mais difícil resposta. Como conjugar o despacho diário, as diligências, os julgamentos, o tempo com a família, para que tudo caiba nas 24 horas do dia e não determine situações de conflito, de rutura, de depressão ou de “burnout”?

A resposta que anos de experiência me deram é teoricamente simples, mas extremamente difícil de ter em conta na prática: Estudo e análise das questões; Antecipação dos problemas; Previsão do que ocorrerá; Organização do tempo (durante a semana e durante cada dia); e Compartimentação (sempre que possível dos diversos tempos).

Em **terceiro** lugar, sublinho a relevância de este Encontro ter lugar num Tribunal.

É nos tribunais que a formação decorre.

É nos tribunais que a Justiça é administrada e aplicada pelos juízes e a legalidade tutelada pelo Ministério Público.

O papel dos Juízes formadores é fundamental, na formação pelo exemplo e na atenção, aconselhamento e dedicação aos formandos.

É, por isso, que a presença nos tribunais de formadores e de formandos é assaz relevante, para se enfrentar o trabalho quotidiano.

De outro modo, não se estabelecerá senão uma remota e distante relação com a Secção/Unidade de processos e com os Advogados.

O simbolismo de este Encontro ter lugar num Tribunal Superior é, por isso, evidente.

*

Minhas Senhoras e Meus Senhores:



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

PRESIDENTE

Num Encontro de Juízes, perante auditores/juízes que estão nos primeiros anos de formação/carreira, apenas posso dar conta da minha experiência pessoal.

Não vos vou relatar a minha carreira, nem sequer os anos de estágio. A minha memória e a vossa paciência não o tolerariam.

Apenas refiro que, nas mais de três décadas de exercício da Judicatura, em diversos tribunais e funções, se me afigura fundamental que as juízas e os juízes se dotem de determinadas características, que são a “espinha dorsal” para um bom desempenho. As palavras que me ocorrem são as seguintes: Independência, Imparcialidade, Trabalho, Competência, Empenho, Dedicação, Resiliência, Dever, Qualidade, Humildade, Honestidade, Humanidade, Atenção, Espírito Crítico e Bom-senso.

É certo que o erro, o engano, faz parte do processo formativo, mas, o que é importante é, senão saná-lo, pelo menos, evitá-lo.

Deixo-vos 2 exemplos de episódios que protagonizei:

1.º Exemplo: No meu primeiro julgamento, no estágio, tudo tinha estudado, todo o rito processual, a minha “cábula” acompanhava-me a cada passo. Tudo correu pelo melhor. Já assim não foi no segundo julgamento. Continuava acompanhado das minhas notas, mas, a produção de prova mais emotiva, levou-me a querer concluir o julgamento. Suspendi a audiência e designei data para a leitura da sentença. Nenhum advogado disse uma palavra. Saído da sala, percebi que me tinha esquecido de dar a palavra aos advogados para alegarem...

2.º Exemplo: Noutro dia, num interrogatório de arguido detido, as declarações que perante mim foram prestadas revelavam um indigente, sem dinheiro, sem posses, que precisava de furtar um objeto – um edredão – porque necessitava de o vender, para com isso poder sobreviver. Confiei no que me era relatado e concluído o interrogatório, desci ao café mais próximo do tribunal. Aí encontrava-se o arguido que, calmamente, saboreava o final de uma meia de leite e de um croissant...Paga a despesa, saiu à rua – e eu acompanhava os seus movimentos. Vi-o a estender a mão, parando um táxi, cuja “corrida”, certamente, pagou...Eu acabava de me sentir defraudado, por ter ficado plenamente convencido da ausência de dinheiro e de meios financeiros do arguido...

Estes exemplos – e outros – são sintomáticos das exigências e dos desafios que um Juiz tem no seu dia-a-dia.

Nos dias de hoje, “[a] complexidade da sociedade decorrente da interconexão e interdependência crescente de ecossistemas sociais, da globalização, da evolução tecnológica e da proliferação de informação, exige ao juiz o apuramento do sentido crítico e reflexivo e a atitude de abertura a outros saberes na análise das questões e no processo de decisão” (assim, Paula Natércia Rocha; “Formação de Novos Juízes – Desafio que a todos convoca”, in Boletim – Informação e Debate, ASJP, julho 2025, IX série, n.º 20, p. 17).



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

PRESIDENTE

Termino com duas citações do que é Ser Juiz Hoje, que espelham a necessidade de resistir e de estar atento perante todas as adversidades:

1ª) *“Se quiséssemos definir, com dois ou três conceitos, a essência da postura pessoal e profissional de alguém que exerce a judicatura, teríamos de chamar, necessariamente, à colação três características pessoais e profissionais: honestidade, humildade e humanidade, ou seja, uma vida honrada e séria, em que a palavra, como a cara, é só uma. Muita capacidade de encaixe à razão contrária e um cavado sentido de auto-crítica. Para reconhecer os seus erros e deficiências. Estando sempre disposto a aprender a mudar. Finalmente, uma entranhada sensibilidade pessoal e social relativamente a cada uma das situações que é chamado a decidir (...)”* (assim, José Eduardo Sapateiro; *“Ser Juiz Hoje”, in Ser Juiz Hoje*, Almedina, 2008, p. 25);

2ª *“Ser juiz, hoje, é (...) exercer uma profissão de desgaste rápido, especialmente para aqueles que não souberem descobrir o lugar em que se resolvem os conflitos de harmonização e de concordância prática a que se encontram expostos.*

É viver permanentemente entre limites.

(...)

É estar atento às grandes aspirações sociais na fidelidade à lei e aos valores jurídicos.

É conservar o olhar crítico sobre o excesso.

É saber lidar com a certeza e a álea, com a verdade e a mentira e com o singular e o universal, com o mesmo rigor ético e intelectual e com adequadas ferramentas profissionais (...)” (Cunha Rodrigues; Recado a Penélope; Sextante Editora, 2009, pp. 33-34).

*

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Termino saudando, por tudo o que referi, a Vossa presença, congratulando-me por esta iniciativa do Encontro entre Gerações e o CSM.

Desejo a todos uma excelente jornada de trabalho, de troca de experiências e de aprendizagem e aos formandos dos 37.º, 38.º e 39.º Cursos de Formação do CEJ, desejo as maiores felicidades no exercício da Judicatura que abraçaram.

Desejo que possam, rapidamente, voltar a este Tribunal. Têm aqui uma casa aberta e a nossa disponibilidade.

E, senão antes, faço votos para que, quando promovidos e se o entenderem, aqui possam ser os Juízes Desembargadores do nosso futuro!

Muito obrigado.

Lisboa, 07-07-2025,

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa,
Carlos Castelo Branco.